



A Comissão Permanente da Assistência Social vai tratar de três temas na tarde desta sexta-feira que são importantíssimos para a rede como um todo. Primeiro deles, a importância e a urgência de um novo concurso público por todos os motivos que eu vou expor daqui a pouco; a incorporação do SIMAS aos vencimentos. Então, vou fazer um breve relato, vou tentar aprofundar o tema. E temos hoje, aqui, a grata presença de dois grandes juristas, que têm se debruçado ao longo dos anos sobre esse tema, principalmente no que diz respeito à questão judicial e que também vão fazer uma explanação sobre isso.

E, depois, um outro tema que é muito sensível aos servidores como um todo, e que é o meu compromisso me envolver também nessa luta, através do Legislativo, que é o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro (PCCS).

Pode passar, por favor.

Então, como objetivo, nós temos a realização do concurso público para Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), a elaboração e implantação do PCCS da SMAS. A implantação de uma nova metodologia para o cálculo do vencimento final dos atuais servidores da SMAS, visando garantir o caráter de vencimento da gratificação SIMAS.

Esse histórico, e eu vou fazer um breve relato de um histórico de uma trajetória da Assistência Social na Prefeitura do Rio, porque eu sei que a maioria dos presentes aqui, a esmagadora maioria, acompanha ao longo dos anos, todo o arcabouço que envolve a assistência social aqui no município do Rio, mas nós temos diversas, centenas de pessoas que estão nos acompanhando de forma *on-line*, através do YouTube, mas também pela da Rio TV Câmara, que é importante essa contextualização para que eles possam entender o momento histórico que nós estamos vivendo.

Então, o Decreto nº 2290/79 criou a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Ele alterou a estrutura da Secretaria Municipal de Turismo e criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, então Desenvolvimento Social e atual Assistência. A criação da SMAS é por meio da Lei nº 110/2011, que criou o Sistema Municipal de Assistência Social e a sua regulamentação.

Depois, nós temos outra lei importante, que é a Lei nº 3343/2001, de autoria do Executivo, pela qual ficou instituído o Sistema Municipal da Assistência Social (Simas), cuja centralidade matricial será exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Depois, nós temos alguns decretos regulamentadores que são importantes de serem citados. O primeiro deles é o Decreto nº 21058/2002, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Outro decreto importante é o de número 21059/2002, que regulamenta a gratificação do Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

Aqui nós vamos fazer um histórico dos servidores na Assistência Social como um todo, e o processo que nós estamos vivendo de redução gradativa dos servidores concursados. É importante ressaltar a todos que estão nos acompanhando, de maneira presencial e híbrida, que nós tivemos dados até o mês de setembro de 2024. Já solicitamos informação à Secretaria, que gentilmente está preparando dados mais atualizados para que a possamos ter, ao final disso, uma capacidade maior de ter dados fidedignos. Mas nós estamos utilizando dados públicos de setembro de 2024.

Então, nós vamos fazer um histórico dos servidores da SMAS e o processo de redução gradativa. Aqui nós vamos apresentar o quadro de servidores previsto para atuação na SMAS, o quadro de servidores e colaboradores em efetivo, como já disse, até setembro de 2024 na SMAS; e o quantitativo de servidores da SMAS apto à aposentadoria no próximo triênio, correspondendo aos anos de 2024 a 2027. Isso é importante porque vai nortear também aquilo que nós estamos reafirmando que é uma queda muito brusca do quadro efetivo desses servidores concursados.

Aqui a gente retorna para a Lei nº 3343/2001, que previa o quantitativo de servidores de atuação com a implantação desse sistema há 14 anos. Essa lei 3343/2001 previa cargos com diversas formações profissionais oriundos da SMDS: de nível superior, 2.114; fundamental e médio, 1.618, totalizando 3.732. Cargos com diversas formações profissionais oriundos da Funlar, da extinta Funlar: 264 de nível superior; 60 de nível

fundamental e médio, totalizando 324. Cargos de Assistência Social na Prefeitura como um todo seriam 562 profissionais. E novos cargos de Assistência Social criados com a Lei do Simas, que pela então Lei nº 3343 teríamos o quantitativo de 1.400 profissionais. Ao fim disso, nós teríamos: 4.340 profissionais de nível superior e 1.678 de nível fundamental e médio, totalizando 6.018 pessoas no corpo técnico, como preconizava a Lei nº 3343/2001.

Eu usei até um número errado. Não são 14 anos, são 24 anos depois. E aqui grita, porque o que vocês estão vendo – a resolução não está muito boa –, mas eu vou fazer uma leitura dinâmica para que possamos entender o que preconizava 24 anos atrás, e a realidade que impera 24 anos depois do quadro efetivo de servidores de carreira e de servidores contratados, servidores por equiparação, porque são pessoas que não têm vínculo direto com a administração, são celetistas, mas atuam diretamente na Assistência.

Nós temos hoje, na Assistência Social, conforme já foi dito com dados de setembro de 2024, 2.695 colaboradores sem vínculo efetivo, correspondendo a 78,9% do total do corpo de trabalho da Assistência Social. Depois, nós temos 678 servidores de carreira que passaram por processo seletivo, passaram por concurso público e correspondem apenas 19% do corpo de trabalho da assistência, 1/4 comparado aos trabalhadores sem vínculo efetivo. E depois nós temos 41 pessoas que correspondem aos cargos de livre nomeação e exoneração, cargos de confiança, correspondem a 1,2 do corpo efetivo hoje, trabalhadores e trabalhadoras da assistência. Totalizando 3.414.

Eu retomo para que a gente possa entender o retrato do que nós estamos vivendo 24 anos depois. O quantitativo previsto, repito, para que a gente possa, até para aquelas pessoas que hoje estão nos acompanhando pela Rio TV Câmara e pelo YouTube. Em 2001 foi previsto um corpo de 6.018 profissionais, 24 anos atrás. E aí eu não vou nem levantar dados sociais, o avanço que a gente teve de uma série de outras questões como, por exemplo, o aumento da população na cidade do Rio de Janeiro e hoje nós temos 3.414 pessoas trabalhando diretamente na assistência. É basicamente a metade do que deveria acontecer.

Outro dado que é gritante, salta aos olhos, apesar de vocês não estarem acompanhando os números, porque a resolução não ficou muito boa, mas o que está em azul na pizza corresponde às pessoas, aos homens e mulheres, bravos homens e mulheres que trabalham na assistência, mas que não possuem vínculo efetivo, que é uma esmagadora maioria, 80% praticamente de colaboradores que hoje são celetistas, mas que correspondem direto às organizações da sociedade civil e não tem vínculo efetivo com a secretaria da assistência. Reforça aquilo que nós estamos falando da questão da urgência do concurso público.

Aqui outro dado muito importante que nós estamos pegando, obviamente, com os dados que foram fornecidos, estão públicos, é o próximo triênio. Por quê? Porque de 2024 a 2027, segundo o que nós pudemos apurar, nossa equipe técnica, o que o mandato e a comissão como um todo pode apurar, é que nós vamos ter 206 homens e mulheres aptos a se aposentar nos próximos três anos. Isso corresponde a um terço de toda mão de obra de servidores concursados.

Eu não preciso dizer a maioria de pessoas que estão aqui que entendem muito do que representa a Secretaria de Assistência como um todo, mas com toda certeza, com essa redução de 1/3 dos profissionais, se todos decidirem, por exemplo, por se aposentar, que é um justo reconhecimento por uma vida de trabalho dedicado à cidade do Rio de Janeiro, com toda certeza, nós teríamos um colapso do ponto de vista até mesmo, dos cargos de direção, dos equipamentos que precisam ser ocupados por pessoas que possuem vínculo efetivo, que são obrigados a terem matrícula, que é o caso dos equipamentos, CRAS, CREAS e outros.

Esses dados desse próximo triênio, só reforçam a importância, que a gente possa abrir esse diálogo com o Executivo e dizer para eles da urgência de um novo concurso público.

Aqui a gente já vai entrar em um novo ponto de discussão, como eu já disse, nós vamos fazer um levantamento histórico, vamos fazer também um aprofundamento de como está essa questão no dia de hoje, mas depois nós vamos ter dois profissionais do campo jurídico, dois operadores do





direito que se debruçaram ao longo dos anos para discutir a questão da gratificação Simas, de caráter vencimental.

Aqui nesse tópico a gente vai discutir a implantação de uma nova metodologia para o cálculo do vencimento final dos atuais servidores da Assistência Social, visando a garantir o caráter vencimental da gratificação Simas.

Nós vamos apresentar um quadro quantitativo, com quantitativo de categorias/funções, as quais o triênio é calculado após o somatório do vencimento básico mais a gratificação recebida pelos servidores da Prefeitura do Rio. Depois a gente vai apresentar um quantitativo de categorias/funções as quais o triênio é calculado apenas sobre o vencimento básico do servidor da Prefeitura. E depois uma previsão sobre o vencimento total do servidor que recebe a gratificação Simas a partir de uma nova fórmula de cálculo do triênio que passará a ser feita em cima do somatório do vencimento básico mais a gratificação Simas.

Vai ficar mais fácil com a visualização no próximo slide. Para que possamos comparar também, pegamos dados públicos fornecidos pelo Portal da Transparência. Vamos apresentar para todos que estão nos acompanhando, de maneira remota e presencial, o quadro de remuneração da Prefeitura do Rio, considerando vencimentos, gratificações, triênios e auxílio transporte. Então, tem a metodologia de cálculo do vencimento final do servidor. O valor total do salário é igual ao vencimento, mais gratificação, mais triênio, sendo o triênio calculado a partir do somatório do vencimento mais gratificação.

Quantidade na tabela da prefeitura: são 18 e são 39 funções/categorias. Depois, nós temos vencimento, mais gratificação, mais triênio. O triênio é calculado a partir do somatório do vencimento mais a gratificação, mais auxílio transporte físico. Na tabela da prefeitura são 11 e são 44 categorias presentes nela.

Depois, nós temos valor do salário igual a vencimento, mais gratificação, mais triênio. O triênio é calculado apenas sobre vencimento, excluindo a gratificação. Na tabela da prefeitura são seis, e também são seis categorias.

Depois, nós temos valor total do salário igual a vencimento, mais gratificação, mais triênio. O triênio é calculado apenas sobre o vencimento – excluindo a gratificação –, mais auxílio. Na tabela da prefeitura são quatro, e ali nós temos sete categorias.

O que é importante a gente visualizar, no caso daquelas pessoas que não são servidores de carreira ou não têm a profundidade para entender isso que a gente está apresentando? São 83 categorias. Repito o número: 83 categorias com funções na Prefeitura do Rio, que possuem seus salários calculados com o salário final, com vencimento básico, mais gratificação, mais triênio.

O triênio é calculado a partir do somatório do vencimento mais gratificação. E somente – repito – somente 13 categorias, e obviamente os servidores da assistência, estão incluídos nesse rol. Então, 13 categorias que possuem funções específicas na prefeitura, que possuem seus salários calculados, o salário final, no caso, com vencimento básico, mais gratificação, mais triênio. O triênio é calculado apenas sobre o vencimento, excluindo a gratificação.

Então, a gente pode ver aqui uma disparidade muito grande: 83 categorias têm esse benefício e somente 13 não possuem. E eu não vou entrar na discussão de todas elas porque, para mim, o que importa na data de hoje são os servidores da assistência social, de modo que a gente possa também travar essa luta para poder incluir a categoria nesse rol que já foi apresentado.

Aqui é uma tabela, e eu não vou mais uma vez me aprofundar nela, mas a gente fez, até porque ela aqui não corresponde à realidade da assistência hoje, porque não tem mais ninguém. Aqui, ela começa com o que seriam os triênios, baseados em pessoas que têm dois anos, quatro anos de secretaria.

Como a gente está há muito tempo sem ter concurso público, o que eu quero demonstrar – e essa tabela vai ser depois enviada a todos e todas que estão aqui e vai ficar disponibilizada na internet – é que nós teríamos um aumento médio para todas as categorias, em especial a dos assistentes sociais, de 20,4%, se isso que nós estamos apresentando for considerado pelo Executivo e se a gente puder travar essa discussão com a secretaria,

com o Chefe do Executivo e demais representantes que vão se envolver nessa questão.

Mas, como eu já disse, a gente vai entrar, inclusive, numa discussão que envolve a questão judicial. Diversas pessoas, servidores já entraram de maneira judicial, lograram êxito através de ações judiciais, e nós vamos ter dois profissionais de dois escritórios distintos para falar um pouco das suas experiências, e também um pouco sobre o cenário atual e a predisposição do Judiciário no que diz respeito a essas ações específicas. Então, logo, logo, nós vamos ter aqui a fala dos dois operadores do direito.

Considerando os dados preliminares levantados até o presente, submetemos para avaliações as seguintes ações no campo Legislativo. E, aí, trazendo já a responsabilidade para a Comissão como um todo, mas, obviamente, para o meu mandato, para o mandato do Fábio Silva e para o da Gigi Castilho.

A primeira a ação efetiva no Legislativo já foi tomada: a elaboração de um Requerimento de Informação para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), a fim de saber o quantitativo de servidores ativos, os gastos previstos da SMAS para o pagamento de vencimentos, triênios e gratificações dos servidores no ano de 2025. A gente já fez o Requerimento de Informação que já chegou à Assistência. O Doutor Paulo Victor, daqui a pouco, também vai falar em nome da secretária. A gente já sabe que esse documento está sendo elaborado, porque, com esses dados, a gente vai poder ter ações mais fidedignas, no que diz respeito a números.

Depois, a outra ação é a realização de um estudo legislativo utilizando o corpo técnico desta Casa de Leis, o corpo técnico da Comissão de Assistência e o corpo técnico, jurídico e contábil de pessoas especialistas em políticas públicas do meu mandato, do Fábio e da Gigi, no que diz respeito à elaboração de projeto de lei a fim de modificar a Lei nº 3343/2001, “que institui o Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências”, visando a introduzir nova fórmula de cálculo do triênio, bem como nova tabela de remuneração da gratificação do Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS), considerando a formação dos servidores. Então, esse é outro compromisso que a comissão tem de uma elaboração técnica. Obviamente isso vai ser feito a muitas mãos, e nós estamos propondo – vou fazer isso ao final da Audiência – a criação, inclusive, de um grupo de trabalho que vai envolver obviamente os trabalhadores e trabalhadoras da Assistência, porque os conhecimentos técnicos e os viveres e os saberes destas pessoas podem nos ajudar, e muito, na elaboração desse estudo legislativo.

Depois, obviamente, como já foi dito, nós vamos criar um grupo de trabalho com representantes dos servidores e suas entidades representativas, com o objetivo de elaborar estudo com vistas à construção do PCCS da SMAS. Acho que boa parte das pessoas que estão neste Plenário acompanharam também a nobre iniciativa, esta semana, da Secretaria de Assistência Social, que elaborou também um grupo de trabalho para discutir o plano de cargos e salários. Mas, em paralelo a isso, o Legislativo, através da Comissão de Assistência, quer dar também a sua contribuição, fazendo com que outras pessoas com opiniões distintas possam colaborar com esse processo, que é tão importante na vida de tantas pessoas. E que, ao fim disso, a gente possa negociar também, diretamente com a secretaria, a junção e a síntese de dois documentos distintos, um elaborado pelo Executivo, através da secretaria, e o outro elaborado pelo Legislativo junto com outros técnicos e com pessoas, como já foi dito. E que essa síntese possa ser apresentada em conjunto trazendo a força do Legislativo, trazendo a força do Executivo e discutindo diretamente com o chefe do Executivo, que é o prefeito da cidade. Ok?

Depois, a elaboração e a apresentação, ao Executivo, dessa proposição legislativa para realização do concurso público. De que nós precisamos? Eu acho que esse vai ser o maior dado que a gente tem de levar ao prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, aquilo que a gente acabou de apresentar: um colapso, do ponto de vista das pessoas que já estão com a capacidade e que já têm o tempo de serviço necessário para se aposentar.

Então, a gente tem de demonstrar, para o chefe do Executivo, essa diminuição vertiginosa no próximo período. E obviamente um concurso público não surge da noite para o dia. Então, nós vamos precisar de estu-







dos técnicos, de avaliação, de uma capacidade de escolha de uma banca, e isso não se faz da noite para o dia. Então, a importância de a gente apresentar e, a meu ver, a gente deveria apresentar esse estudo técnico já no segundo semestre deste ano para que a gente possa contar com a contribuição do Executivo diante desse cenário que já foi apresentado, principalmente de um esvaziamento do ponto de vista dos servidores e servidoras efetivos da Assistência Social. E obviamente realizar, no segundo semestre de 2025, uma nova Audiência.

Porque não adianta a gente fazer Audiência Pública, tratar de uma série de temas e depois não ter um desdobramento nisso, mesmo que seja negativo, porque isso envolve a vida das pessoas. É bom que se diga que aqui estão estudos preliminares. Está à vontade desta comissão, junto desses três vereadores, de suscitar o debate com o Executivo. O Executivo, como todos nós sabemos, precisa ser provocado, porque, quando ele não é provocado, ele entende que aquela política está caminhando bem e que não tem nenhuma ressalva e nenhum problema. Então, esse é o nosso maior desafio: suscitar o debate para com o Executivo, para com a sociedade e para com obviamente os servidores e servidoras da Assistência Social.

Vou passar a palavra obviamente a todos os membros aqui da Mesa, mas quero agradecer muito – já tinha feito isso no início – ao meu Vice-Presidente Fabio Silva, a quem tenho com muita honra compondo esta Comissão e que tem sido uma pessoa com um olhar muito humano. Nessa política tão importante da Assistência Social, como eu já disse em outros momentos, a gente não faz nada sozinho. Se a gente não tiver o apoio dos demais vereadores desta Casa, a gente não vai avançar nesses temas. Então, quero agradecer ao Fabio.

Quero agradecer também à Gigi Castilho, que tem sido outra grande batalhadora nas defesas que nós temos feito, que tem me acompanhado na imensa maioria, esmagadora maioria dos encontros e vitórias que nós temos feito nos equipamentos da Assistência.

Deixo também aqui um recado para as pessoas que estão nos acompanhando no YouTube e que têm encaminhado perguntas: nós vamos colocar o e-mail oficial da Comissão de Assistência Social, porque nós vamos responder de maneira oficial também a essas pessoas. Eu não vou conseguir fazer diretamente no YouTube. E aí a gente vai deixar o canal direto da Comissão para que as pessoas possam fazer seus questionamentos através do e-mail oficial e de um telefone oficial também da Comissão. Todos e todas, sem exceção, serão respondidos.

Nós vamos disponibilizar também esse documento que foi apresentado, então já agradeço a toda a equipe técnica da minha Comissão de Assistência Social como um todo, que preparou com muito carinho. Quem se interessar por ele, nós vamos disponibilizar no e-mail que está na tela.

Eu gostaria de agradecer a presença da Senhora Débora Maria de Sena Santos, assistente social da Secretaria de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro. Muito obrigado pela presença da senhora. Agradeço ao Doutor Ítalo Pires, que, apesar do sobrenome, não é meu parente, que é um advogado, um especialista em um dos temas da nossa audiência de hoje, que vai fazer uma apresentação logo, logo. Agradeço ao Doutor Paulo Cavalcante, advogado de direito administrativo, especialista em direito administrativo, que também está presente. Ao Senhor Carlos Alberto Macedo, presidente da Associação de Moradores da Abolição e representante da Comissão da Assistência Social. Obrigado, é muito importante ter a presença do povo como um todo, porque este é um tema que afeta a todos nós.

Vejo muitos rostos conhecidos, não vou citar nomes para não cometer a indelicadeza de não falar todos, mas a todos os presentes, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, sintam-se abraçados por toda a luta de vocês; tem muito significado para mim o que vocês desenvolvem todos os dias na Cidade do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao meu vice-presidente, ao excelentíssimo senhor vereador Fábio Silva, que contará a partir de agora de 10 minutos para poder fazer uma saudação à nossa audiência.

O SR. VEREADOR FABIO SILVA – Boa tarde a todos que participam desta Audiência Pública. Quero aqui agradecer a presença de vocês todos. Quero saudar nosso Presidente e Vereador Felipe Pires, nossa

Vogal Gigi Castilho, o assessor-chefe Paulo Victor Lima, em nome da Senhora Secretária Martha Rocha; a Senhora Presidente – acho que eu a conheço também – do Conselho Municipal de Assistência Social, Aida Viana; e a Senhora Jocelene Ignacio, representante dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Vou ser bem claro e correto no que eu falo. Agradecendo aqui a presença de vocês todos, eu firmo o meu compromisso pela Assistência Social. Quando o nosso Presidente me colocou como Vice, eu falei: “Vamos lutar. Vamos lutar junto, junto com a Gigi, junto com o Presidente e chegar em dias melhores” para a Cidade do Rio de Janeiro – e junto a vocês, esse é o olhar claro que tem que ser.

Fiz um resumo e vou lê-lo para vocês poderem entender o que o Vereador Fabio Silva pensa e o que a gente pode fazer para progredir juntos. Quero ser aqui muito direto, não podemos mais aceitar que os trabalhadores da Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro sejam invisíveis, sem valorização, sem um plano de cargos e salários digno.

Estamos falando de profissionais que, todos os dias, estão na rua, nas unidades cuidando das crianças, dos idosos, das famílias vulneráveis, enfrentando situações difíceis e que há muito tempo esperam por um reconhecimento real por parte do poder público. Não adianta discurso bonito, se a realidade, na ponta, continua a mesma: salário defasado, vale-alimentação insuficiente e falta de plano de carreira que dê perspectiva para esses profissionais. Isso precisa mudar.

Como Vice-Presidente da Comissão de Assistente Social, quero deixar claro aqui: vou cobrar, vou lutar para que essa discussão avance, de verdade. Plano de Cargo de Salário e Benefício não é favor, é direito. Quem cuida do povo merece ser cuidado com respeito e dignidade. E quero encerrar dizendo o seguinte: valorizar os trabalhadores da Assistência Social não é custo, é, sim, investimento, investimento em justiça, dignidade em um serviço público que realmente faz a diferença na vida de quem mais precisa. Quem cuida do povo, tem que ser cuidado com respeito. E por isso estamos aqui para cobrar o resultado.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos! E vamos avançar juntos!

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) – Viva o SUAS!

Parabéns, Vereador! Parabéns e obrigado por somar nesta luta tão digna para todos nós – muito obrigado.

Passo, agora, a palavra ao senhor assessor-chefe, que está representando a Excelentíssima Secretária Municipal de Assistência Social, Martha Mesquita Rocha. Uma grata surpresa receber o senhor aqui hoje, um excelente advogado, uma pessoa muito respeitada pela Ordem dos Advogados do Brasil, a quem faço minha deferência, e não tinha pessoa melhor para representar a Secretária na tarde de hoje.

Muito obrigado pela sua presença, doutor.

O SR. PAULO VICTOR LIMA CARLOS – Obrigado, Senhor Vereador.

Queria dar boa tarde a todos e todas. E quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Comissão, Felipe Pires; o Excelentíssimo Senhor Vereador Vice-Presidente, Fabio Silva; a Excelentíssima Senhora Vereadora, que nos acompanha de maneira remota, Gigi Castilho; a nossa querida Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, a senhora Aida Viana; e, também, a representante dos servidores da Assistência, a senhora Jocelene Ignacio.

Queria começar a minha fala, primeiramente, justificando a ausência da Secretária, dizendo que de maneira nenhuma se trata de forma de desprestígio aos senhores, mas ela já havia se comprometido com outras agendas, Senhor Vereador, razão pela qual ela não pôde comparecer hoje. Lamentou muito, queria estar muito aqui trazendo algumas boas notícias para os senhores, mas, infelizmente, não pôde adiar os outros compromissos que o Prefeito já tinha predeterminado a ela.

Queria também parabenizar a iniciativa de Vossa Excelência e da sua comissão de valorizar esses servidores, de valorizar a assistência. Nós sabemos da luta do senhor e do seu partido na defesa do SUAS e de todos os seus servidores.

Queria começar seguindo o plano de trabalho que Vossa Excelência apresentou, nessa ordem, dos quatro principais tópicos, fazendo uma fala



muito breve sobre a questão do concurso público. De fato, nós chegamos à administração há cerca de seis meses, e tudo que Vossa Excelência está trazendo aqui é uma realidade que estamos enfrentando. É uma dificuldade que a gestão precisa realmente melhorar.

Vossa Excelência pontuou com dados realistas e muito bem feito: todo o problema que esses servidores sofrem, que, consequentemente, a população do Rio de Janeiro também sofre.

Portanto, com base nisso, na data do dia 11 de junho, ainda nesta semana, a Secretária encaminhou ao Prefeito um plano de trabalho, para que pudéssemos realizar um concurso público para a área da Assistência. A estimativa é de aproximadamente 300 vagas para os servidores do Suas – Sistema Único de Assistência Social. Tenho plena convicção de que o trabalho de Vossa Excelência vai colaborar bastante para a definição desse trabalho. Como Vossa Excelência muito bem pontua, é um trabalho que demora um certo período, porque precisa passar por diversas secretarias. Você aprova um plano de cargos, você tem todo o impacto financeiro orçamentário que tem que ser feito. E como Vossa Excelência muito bem pontuou, esse trabalho do Executivo com o Legislativo vai ser fundamental para que esse nosso objetivo seja conquistado e valorizado.

Seguindo ainda o tópico que Vossa Excelência foi pontuando, a questão em relação ao triênio, eu não me sinto muito confortável para poder trazer maiores detalhes, mas, ao que me parece, diversos servidores lograram êxito em ações judiciais individuais. Alguns perderam na justiça, e isso chegou às instâncias superiores, onde hoje há um incidente de resolução de demandas repetitivas, o que significa dizer, para quem não é da área, que uma instância, um nível superior da administração do Poder Judiciário irá decidir para uniformizar quem está correto, se está correta a incorporação ou não, se houve decisões conflitantes. Então, ainda há essa demanda lá em cima a ser julgada. Não sei maiores detalhes sobre a demanda porque já se judicializou. Então, acredito que os tribunais superiores serão sensíveis às causas dos trabalhadores, mas não tenho como dar essa resposta.

Em relação ao plano de cargos e salários, nós também criamos um grupo de trabalho, e concordo com Vossa Excelência que seria muito importante a participação dos servidores. Nós, na verdade, inauguramos esse grupo de trabalho já para poder de fazer um desenho inicial do que precisa ser melhorado – e existem ali representantes de diversas categorias. Tenho plena convicção de que a senhora secretária irá ouvir Vossa Excelência e irá ouvir também os representantes do Suas, os servidores que estão na ponta.

Queria dizer foi uma grata surpresa receber o convite de Vossa Excelência, que está sempre chamando a Secretária para participar e construir uma melhora para os servidores. Não posso mentir, é um trabalho muito difícil de reestruturação, um trabalho que demanda muita dedicação e técnica. Mas fazemos isso com a maior dedicação, com todo o carinho possível, porque reconhecemos a importância dos servidores. Esses servidores, como Vossa Excelência bem pontuou, que tiveram um papel fundamental depois da pandemia, com aumento expressivo das pessoas em situação de rua, com aumento expressivo das pessoas em grande vulnerabilidade social. Os senhores estão no enfrentamento da ponta. Quero trazer aqui o meu abraço e o meu carinho da Secretária. Era o que ela gostaria de passar para os senhores, agradecer.

E, como Vossa Excelência falou, de maneira muito mais elegante do que eu, isso não se traduz só no muito obrigado. Isso realmente precisa ter uma melhora na condição de trabalho e na condição de remuneração desses servidores. Tenho certeza de que a participação desse parlamento na construção dessa solução vai ser muito importante, muito bem-vinda.

Posso afiançar que a Secretária irá participar da próxima audiência, que Vossa Excelência prevê em um prazo razoável, do segundo semestre deste ano ainda, quando eu acho que ela poderá trazer aqui mais propostas concretas do que foi realizado. Estamos ainda começando a gestão, já começamos com essas proposições, e acredito que ela trará para Vossa Excelência dados mais fidedignos que poderão colaborar com todo o trabalho social que Vossa Excelência vem desenvolvendo com o seu mandato.

Queria agradecer a oportunidade da fala e queria também me colocar à disposição de todos os servidores. Também vou ouvir com muito prazer

o jurista que Vossa Excelência muito bem trouxe para entender um pouco melhor essa situação do triênio. Vou encerrar aqui minha fala, mas me colocando à disposição para dirimir eventuais dúvidas que, porventura, vierem a surgir ao longo desta Audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) - Mais uma vez, muito obrigado pela sua presença, Doutor.

Gostaria de passar a palavra à senhora presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Aida Viana.

A SRA. AIDA VIANA - Boa tarde a todos e todas. Quero aqui agradecer, cumprimentar a Mesa, primeiramente, e agradecer a iniciativa do Vereador Felipe Pires de ter a escuta para as demandas da nossa categoria, pois é de extrema relevância a temática desta Audiência Pública.

E nós temos as reivindicações da questão também do concurso público que, desde o 2006, que não tem concurso público na Assistência. E, por sua vez, essa questão tem o desdobramento até na saúde do trabalhador. Porque um trabalhador, ele estando em condições de sobrecarga, consequentemente isso tem rebatimento na sua questão da saúde.

As iniciativas presentes aqui, é uma oportunidade de participar, pela qual eu tenho aqui, de agradecer, por esse debate muito importante para a nossa categoria. Por que valoriza os profissionais por meio de um plano de cargos e salários. Somos Assistentes Sociais, atuamos em diversas frentes de trabalho, seja nos atendimentos diretos à população, nos CRAS, CREAS, nas Unidades de Acolhimento, e outros na Assistência Social. Mas também estamos em momentos de crise, desastres urbanos, tragédias, enchentes, desabamentos, violências. Suas, nossas atuações atingem toda forma dramática. Na pandemia, durante a Covid-19, estivemos presencialmente ativos no atendimento direto à população. Sem interrupção das nossas atividades.

Por isso, debater a valorização salarial neste momento, das condições de trabalho, recursos materiais e melhoria dos equipamentos públicos e necessidade do concurso público para assistentes sociais na Prefeitura do Rio é imensamente importante para a categoria. Evidente para a população usuária, consequentemente.

Dessa forma, lembrar e reforçar essa história e essa reivindicação se faz necessário.

O Sindicato dos Assistentes Sociais – Saserj, e diversos Assistentes Sociais há muitos anos vêm lutando pela valorização da categoria da Prefeitura do Rio. É um fato importante nesta luta.

Destacamos que a Lei nº 3343/2001, Simas, no art. 3, já reconhece os assistentes sociais equiparados como profissionais da Saúde. Mas não fomos contemplados para equiparação vencimental, conforme a Lei nº 4814/008.

Frisamos o principal ponto dessa lei, que merece atenção. Não quisermos mencionar, não fomos contemplados com algumas questões. O Saserj abriu um Processo Administrativo nº 05003.218.008 sobre a viabilidade de atualizar o piso vencimental. Funcionários municipais ocupantes da categoria funcional de Assistente Social com os vencimentos cargo nível superior da Saúde.

Em 2014, o Saserj ingressou com um processo judicial de equiparação vencimental para os assistentes sociais com nível superior da Saúde, conforme exposto na Lei nº 4814/2008. Foi arquivado esse processo.

Portanto, essa luta vem de longa data. Ao longo dos anos, tivemos perdas salariais significativas no vencimento dos assistentes sociais, não recuperadas no reajustes salariais. Atualmente, o vencimento dos assistentes sociais, com aproximadamente 19 anos de carreira, é bem maior do que categorias e cargos de nível médio da Prefeitura do Rio, como agente administrativo e agente de endemia, entre outros.

A desvalorização vencimental dos assistentes sociais na Prefeitura do Rio é significativa; e propostas que possam reconhecer esta desigualdade e, principalmente, para reconhecimento e valorização da nossa categoria, que possamos ser acolhidos na nossa luta. Vale ressaltar que eu citei aqui a questão do sindicato, porque eu estou como Presidente no CMAS Rio, com assento no segmento de trabalhadores, representando o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, que pos-







samos ser acolhidos na nossa luta. Mas, desde já, agradecemos o acolhimento por todos aqui presentes. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) – Passo a palavra à Senhora Jocelene Ignacio, representante dos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro.

A SRA. JOCELENE IGNACIO – Primeiramente, boa tarde a todas, todos e *todes*.

Eu sou Jocelene Inácio. Vou fazer minha autodescrição, respeitando as pessoas que têm algum tipo de deficiência. Então, eu sou uma mulher negra, uma mulher preta. Tenho cabelos crespos. Estou com colar e um brinco azul, uma blusa branca. Uso óculos. Sou assistente social há 21 anos na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Gostaria de agradecer ao Vereador Felipe Pires pela oportunidade de estar aqui trazendo a temática. Representando aqui os meus colegas, também agradecendo pela confiança. E gostaria de agradecer também todos os outros parlamentares que estão na mesa. Não vou repetir o nome, porque já foram citados.

Quero dizer da imensa importância dessa temática, de a gente estar aqui hoje discutindo. Nesses últimos anos, a gente vem num movimento efervescente pelas lutas por melhores salários, mas, sobretudo, por melhores condições de trabalho. Quando a gente fala da valorização profissional, da valorização do assistente social, a gente está falando da valorização daquele que cuida e que, por este município, vem sendo muito pouco cuidado.

Quando a gente fala da política de assistência no Município do Rio de Janeiro, é importante a gente lembrar que, eu entrei no concurso em 2004, e havia poucas assistentes sociais nessa ocasião. A gente tinha um imenso problema de descontinuidade de políticas públicas. Então, quando a gente está falando aqui de planos de cargos e salários, a gente está falando disso. A gente está falando de uma ação que muitas pessoas acham que podem fazer, e esquecem que o profissional do serviço social tem uma profissão regulamentada.

Então, hoje, a gente tem os nossos equipamentos de assistência, CRAS, CREAS, abrigos, e é muito triste a gente ver que a gente avançou e retrocedeu; avançou e retrocedeu. Eu estou falando isso porque eu nunca vi assistente social comandar a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Urbanismo, mas todo mundo acha que tem saber suficiente para comandar as ações do profissional do Serviço Social.

Se a gente tem um Estado – estou falando do município, mas o Estado enquanto poder público – que permite isso, ele está literalmente comprometendo a qualidade dos serviços que são ofertados para aquelas pessoas que estão em condições de extrema vulnerabilidade. Porque, quando a gente fala do serviço social, eu lembro que, quando me formei, muitas pessoas falaram: “Ah, vai trabalhar só para pobre? Pensar o pobre.” Não. Eu sou muito feliz, e eu acho que os meus colegas também são muito felizes com as suas formações, mas eu fico muito triste quando hoje, aos 21 anos de Prefeitura, eu vejo colegas que eu conheci como estagiária, depois de formada... Eu sou formada em Serviço Social, sou especialista em Planejamento Urbano, sou mestre em Memória Social e sou doutora em Serviço Social. E eu ganho...

E o meu salário é menor do que o dessa colega que eu vi como estagiária e que não tem a mesma formação que eu. Então, é disso que a gente quer falar quando fala de Plano de Cargos e Salários. Quando a gente fala em investimento no profissional, a gente está falando em qualidade de prestação de serviço, o que eu não vejo acontecer há muito tempo nesta Secretaria. Então, eu acho que hoje a gente vai instituir, vai falar sobre essa formação do grupo de trabalho, mas a gente vai falar também sobre essa questão, porque o profissional tem que ficar trabalhando e atuando em péssimas condições de trabalho.

Hoje, eu estou lotada na Secretaria Municipal de Educação, mas, ao longo desses 21 anos, eu já passei por muitas experiências: CRAS, CREAS, na própria Central, e vejo que, toda vez que tem mudança, a cada quatro anos, há um desmonte do trabalho, ainda que ele esteja dando certo. Cada um quer imprimir sua marca, não está preocupado com a

realidade dessas pessoas subalternizadas com as quais a gente atua, está preocupado em deixar sua marca política dentro de uma Secretaria de extrema importância.

Então, senhores vereadores, colegas, eu estou aqui representando vocês. De novo, obrigado pela confiança para falar sobre isso. Ao longo desses 21 anos, vi um número gigantesco de colegas morrendo em função das condições de trabalho, adoecendo em função das condições de trabalho, e esse PCCS é o que se tem para hoje, mas está tarde. Ele já deveria ter acontecido há muito tempo.

Também quero falar que, junto com outras colegas, fui uma das grandes... Fui? Não, fui porque somos juntos. Eu sempre digo isso: “eu não sou, eu sou porque somos”. Então, um grande grupo de colegas assistentes sociais se mobilizou em função dessa ação do triênio. E agradecer ao meu advogado Ítalo, que me representa e está aqui presente. E foi unânime. Eu conheço pouquíssimas pessoas que não conseguiram ganhar nos tribunais, mas foi muito em função de questões relacionadas à pessoa que contrataram. Quero agradecer também à advogada Iracema, que foi quem construiu essa tese que nos possibilitou qualificar uma mulher preta. Então, o mais importante é isso.

E eu estou destacando isso, porque o profissional do Serviço Social, quer dizer, a questão racial é o núcleo duro da desigualdade no mundo. Então, ser profissional do Serviço Social e entender dessas relações nos coloca num lugar muito diferenciado, nos coloca num lugar sensível, mas também num lugar muito consciente de qual é o nosso papel no mundo. Então, falar aqui desse PCCS, é olhar para a cara das colegas que a gente já conhece aí na estrada, é na luta que a gente se encontra, a gente se encontra na luta, e estamos aqui não pedindo, nem passando pires, nem falando de favor. Porque, quando a gente atua no Serviço Social, a gente não só doa a nossa força, quer dizer, não só utiliza a nossa força de trabalho, mas a gente aprende com as pessoas.

Na realidade, não trabalhamos com objeto. A nossa transformação não é de objeto, mas de sujeitos que, a partir da nossa ação, podem olhar para a sua própria vida — e a vida de muitas outras pessoas — de outras maneiras. Eu sou aquele tipo de assistente social muito chata. Eu acho que muitas pessoas me conhecem em função disso, de olhar lá uma reportagem da Justiça falando da medida socioeducativa como se o problema fosse a ação e a atuação. Então, não dá para fazer um trabalho, por exemplo, com medidas sócio-educativas, sério, nas condições em que a gente tem hoje os CREAS. Não dá para a gente fazer um trabalho sério com medidas socioeducativas e ter uma justiça que, apesar de a gente produzir relatórios e fazer relatórios, não modifica essa situação. Então, a socioeducação é um problema.

Eu trabalhei muito também na Secretaria Municipal de Habitação, e aí era outra mazela, porque não tem bem melhor para negociar voto do que casa e indenização de casa. E a gente construiu muitos relatórios, as colegas que entraram comigo na Habitação, a gente construiu muitos relatórios e a gente viu pouco eco.

Então, Felipe Pires, eu acho que é muito importante essa pauta que você traz e essa preocupação em fazer um grupo de trabalho em que a gente vai poder ter assento, discutir profundamente. A gente está cansada de mudanças cosméticas. A gente quer mudanças profundas nessa Secretaria de Assistência.

E eu acho que hoje eu estou aqui representando os colegas, mas são muitas vozes. Esse discurso é um discurso de muitas pessoas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) – E viva o SUAS. Parabéns.

Gostaria de agradecer as presenças do Senhor Evandro Pereira de Paulo, presidente da ONG Horizonte; da Senhora Flávia Eloá, diretora também da ONG Horizonte; e da Senhora Caroline de Mendonça Araújo Almeida, vice-presidente do Sindicato da Assistência Social.

Gostaria agora de fazer o convite para que use a Tribuna Vereadora Marielle Franco a Doutora Iracema Cordeiro Reis, que é uma grande referência para todos nós no direito administrativo.

A SRA. IRACEMA CORDEIRO REIS – Boa tarde a todos. Não estou acostumada. Boa tarde, Excelentíssimo Senhor Vereador Felipe Pires.





Muito obrigada por esse convite. A todos os que compareceram, aos presentes à Mesa.

Minha militância na advocacia é de mais de 30 anos. Com relação aos servidores públicos, temos aqui quase 15 anos. Assiste-me, talvez, o mérito de ter sido a precursora em relação a essa tese, a criação da tese sobre a natureza vencimental da gratificação do SIMAS e, por consequência, a incidência dos triênios sobre ela.

Fico muito grata ao universo por ter conseguido isso e por ter sido seguida por tantos colegas. E é verdade, praticamente todas as ações foram ganhas até hoje. Temos, sim, alguma controvérsia em relação a isso. E podemos dizer que esse IRDR, inclusive eu sou advogada da causa piloto desse IRDR – esse incidente de resolução de demandas repetitivas –, que hoje está em tramitação na sessão de direito público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ele talvez não tenha nem razão de existir, porque há uma consolidada jurisprudência favorável ao tema.

No entanto, algumas decisões, e esperemos realmente que ele não seja de natureza política, que seja realmente um instrumento jurídico a colocar, pacificar a jurisprudência como um precedente vinculante, que será o seu julgamento. Não tem um efeito de uma súmula vinculante, só para abrir esse adendo, mas ele vai vincular toda a magistratura. Então, todas as demais ações que forem promovidas com esse objetivo terão o mesmo fim desse julgamento. Então, é muito importante esse momento.

Nesse aspecto, eu agradeço e parabeno os membros da Comissão de Assistência Social, na pessoa do Presidente, Vereador Felipe Pires, em relação a esse tema extremamente sensível, extremamente importante.

O que me move hoje, estar aqui, é justamente para expor, dentro da nossa experiência, o quanto ainda se fragiliza esse direito. A gratificação do SIMAS não é um favor, não é uma bonificação. A despeito da sua nomenclatura como gratificação, ela integra a remuneração dos servidores da Assistência Social. E a Assistência Social, o que nós sabemos, o sistema de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro não é só o seu órgão matricial, são os seus órgãos de apoio, e isso é muito importante. Todo servidor lotado no sistema Municipal de Assistência Social, eixo estratégico ou o matricial, recebe essa gratificação. Então, ela está muito longe de ser efetivamente uma gratificação *pro labore faciendo*, algo de natureza temporária ou meritória. Ela, efetivamente, integra a remuneração desses servidores, e ela é indissociável.

O nosso mérito, no reconhecimento da natureza jurídica, é trazer essa estabilidade, por mais que a Lei nº 3343/2001 traga essa estabilidade, quando diz que ela será incorporada para efeitos de aposentadoria. Mas, ainda assim, recentemente, nós podemos dizer um fato, lembrar um fato: a Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que nos trouxe uma preocupação imensa. Por quê? Porque, no primeiro momento da publicação da Emenda Constitucional, o Tribunal de Contas do Município entendeu que essa gratificação não deveria mais integrar o rol das verbas incorporáveis. Ele indicou, orientou as secretarias que ela não mais faria parte dessa incorporação. E foi muito necessária a mobilização institucional para que esse posicionamento fosse revisto.

Portanto, isso nos traz, ilumina para nós essa fragilidade. Gostaria que as pessoas fossem menos egoístas, porque, como nós sabemos, muitos já ganharam na Justiça, já transitou em julgado. Então é pacífico. Mas e a mobilização para aqueles que ainda não ganharam? Isso é muito importante. Isso é de suma importância. A gente não está falando de um direito qualquer.

É muito importante que os membros desta comissão, realmente, como disse o Vereador Fabio Silva, que eles abriguem esse direito, essa discussão de uma forma sensível. Essa escuta democrática para que essas políticas públicas sejam viabilizadas, elas são superimportantes.

Eu agradeço muito essa possibilidade de fala para jogar luz neste assunto. Ofereço-me, humildemente, para qualquer colaboração. E volto a dizer: é um momento muito importante em razão desse Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) em tramitação, porque é o que nos cabe falar como advogados, a nossa preocupação em relação a esse IRDR, porque muda todo o cenário, caso eventualmente haja um julgamento que nos seja contrário. E, portanto, tão importante o abrigo deste assunto nesta Casa Legislativa, porque, se não conseguimos de uma forma, teremos de conseguir de outra.

Eu me despeço, mais uma vez, me reportando a essa escuta democrática, necessária, em relação a este tema tão sensível e tão indispensável. Afinal de contas, são eles que ficam aí nos rincões do nosso município na proteção dos mais vulneráveis.

E hoje me chamou muita atenção no seu material essa constatação, que nós, também, colocamos nas nossas petições, que é essa diferença de tratamento. Oitenta e três categorias que são contempladas com a gratificação, sendo tratada como verba remuneratória ou vencimental e, portanto, a incidência dos triênios, que é tão importante, e contra 19. Dentre esses 19, a Secretaria, o Sistema Municipal de Assistência Social. Então, não é qualquer sistema, não é qualquer direito, não é qualquer categoria. Nós estamos falando de direitos sociais, de direitos fundamentais, da proteção realmente dos mais vulneráveis. E isso tem de ter um olhar mais apropriado, um olhar mais humano, um olhar melhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) – Doutora Iracema, a presença da senhora só reforça o encontro no dia de hoje, por ter uma técnica tão reconhecida no mundo jurídico e também reconhecida pela categoria como um todo, de alguém que se debruçou sobre um determinado tema que impacta diretamente na vida das pessoas.

Muito obrigado, a senhora abrilhantou a tarde de hoje na audiência pública que a gente está realizando. Muito obrigado mais uma vez.

Gostaria de chamar mais um companheiro de profissão, mais um advogado, que é o Doutor Ítalo Pires, que também é especializado na advocacia no que envolve os servidores públicos. Por favor, para compor a tribuna Vereadora Marielle Franco.

O SR. ÍTALO PIRES - Boa tarde a todos e todas. Cumprimento a Mesa que conduz os trabalhos na figura do seu presidente, o Senhor Felipe Pires. Muito obrigado. Um jovem, mas proeminente Vereador desta Casa. Estendo também para o Vereador Fábio Silva e a Vereadora Gigi Castilho, que também estão acompanhando os trabalhos, o primeiro, presente; e a segunda, online.

Cumprimento também as assistentes e os assistentes sociais desse município e aí escolho Jocelene que está representando esse conjunto de trabalhadores na mesa que conduz os trabalhos. Cumprimento também os colegas advogados aqui presentes: o doutor Paulo Vitor, que circunstancialmente representa o Poder Executivo, mas é um colega advogado com o qual eu tive o prazer de dividir por muitos anos os quadros dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil é um prazer reencontrá-lo aqui nesta audiência; e, em especial, a minha colega, doutora Iracema. Doutora Iracema, foi da sua pena que este debate foi levado ao Tribunal de Justiça e foi a partir desse esforço que tantas vitórias foram alcançadas. E eu tenho certeza, porque conheço o seu trabalho e acompanho, que será também da sua pena que esta tese será consolidada nesse incidente de demandas repetitivas. Eu não vim apenas colaborar com o debate, eu vim também ouvi-la e aprender um pouco mais sobre ele.

Pois bem, eu não posso e não vou deixar de iniciar a minha contribuição afirmando que em um país e, portanto, também em uma cidade ainda hoje profundamente marcada pelas muitas desigualdades sociais - tanto as de natureza material quanto as de natureza simbólica -, que a destinação orçamentária para políticas de natureza social e valorização de servidores que a executam possa ser entendida como um gasto. Ao contrário, estas políticas e a valorização destes servidores devem ser entendidas como um investimento prioritário.

Portanto, Senhor Presidente, distantes de qualquer debate sobre limitação, contingenciamento e congêneres, é sobre esse prisma que sugiro que os debates sobre a incorporação da gratificação Simas, sobre a implementação do PCCS e sobre a abertura de concursos públicos sejam travados.

O que está em jogo aqui é o respeito do Poder Público pela dignidade dos seus servidores. É a decisão política sobre fortalecer ou enfraquecer a rede de proteção social. E, no fim do dia, sobre qual é a cidade que queremos.

Feita essa breve introdução, vamos à questão da gratificação Simas. O que é uma gratificação de acordo com a literatura jurídica, em especial







a literatura do direito administrativo? É uma resposta econômica a uma atividade extraordinária e temporária.

Portanto, se eu sou um assistente social e eventualmente vou trazer o seu exemplo Jocelene, estou lotado na secretaria de Educação em uma atividade estranha às atribuições típicas do meu cargo, eu vou receber um *plus* econômico no meu vencimento por esta atividade extraordinária e temporária. As atividades típicas do cargo são remuneradas mediante vencimentos, que é, fazendo uma analogia com os contratos celetistas, o salário do servidor público, aquela verba base que independentemente de estar realizando as atividades extraordinárias, ou não, ele receberá necessariamente.

Só que a Gratificação Simas, muito embora seja nominada como tal, interpretada pela administração pública municipal como tal, tem natureza vencimental. Todos os assistentes sociais do Município do Rio de Janeiro, pelo simples fato de exercerem as atividades típicas do seu cargo, a recebem. Não tem nenhuma atividade extraordinária, ou temporária que a justifique; bastam simples tarefas típicas do cargo de assistente social. Portanto, não é uma gratificação, apesar do nome, apesar da interpretação que o município faz dela. É um vencimento disfarçado de gratificação.

E é isso que o Tribunal de Justiça e a Doutora Iracema, que me antecedeu, falou com muita propriedade, têm compreendido sobre a natureza desses valores. O Tribunal quase que em unanimidade tem dito reiteradamente: se esses valores são pagos pelo mero exercício das atividades do cargo de Assistente Social, sem qualquer extraordinariedade e para todos os assistentes sociais, têm natureza vencimental. Não podem ser chamados e não podem ser interpretados como se gratificação fossem.

Doutora Iracema fez uma observação importante: não só assistentes sociais, mas todo o conjunto de categorias que compõem o sistema de assistência social do Município do Rio de Janeiro, inclusive os agentes comunitários e outras subcategorias que compõem o sistema de assistência social.

Qual é a consequência desse disfarce, além de ser uma injustiça? Ao não considerar como de natureza vencimental – só faz isso após decisão judicial, e as decisões judiciais têm vindo em números grandes, permanentes – ele não recebe a incidência da contribuição previdenciária. Portanto, não é contabilizado quando da concessão do benefício previdenciário. Mas, sobretudo, não é considerado para fins de cálculo do triênio. O triênio é calculado de acordo com o vencimento base, mas não sobre o vencimento base e a gratificação que tem natureza também vencimental. É isso o que o tribunal tem dito reiteradamente.

Os debates sobre a incorporação, no Tribunal de Justiça, apesar do IRDR – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – têm sido neste sentido: de que tem natureza vencimental, portanto compõe o cálculo do triênio e recebe incidência de contribuição previdenciária e o cálculo do benefício futuro desta natureza.

Pois bem, se a questão da incorporação da Gratificação Simas é um problema do presente, porque impacta diretamente a remuneração desse conjunto de servidores, a ausência de concurso público e a ausência de regulamentação, implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários é um problema do futuro. Nem tão do futuro; os dados apresentados hoje na abertura dos trabalhos demonstram que esse futuro já está batendo a nossa porta. Nós temos uma secretaria cujas atividades-fim são realizadas majoritariamente por terceirizados e minimamente por servidores de carreira. Então, não é um problema tanto do futuro. Mas, certamente, tem efeitos de longo prazo que precisam ser destacados neste momento.

Um PCCS não é um luxo; ele é a espinha dorsal de um serviço público moderno, eficiente e republicano. É um instrumento que substitui a estagnação pela perspectiva, a desmotivação pelo incentivo e, principalmente, a lógica do favor pela lógica do direito. É isso o que um PCCS assegura.

E assegura para o corpo de trabalhadores do presente e do futuro. Da mesma forma, o concurso público também assegura que esses serviços fundamentais numa cidade cheia de contradições como a nossa, tenham um corpo permanentemente qualificado, disposto e capaz de realizar e executar políticas públicas agora e no futuro.

E, para finalizar, Senhor Presidente – já estou terminando –, eu imagino qual seja a resposta pública do Município do Rio de Janeiro. Porque infelizmente é uma resposta pública que este município e tantos outros órgãos da República

permanentemente nos dão quando reivindicamos orçamento para políticas públicas e valorização dos agentes que executam: são as questões fiscais, é preciso diminuir gastos. É essa a resposta que permanentemente nós escutamos. Só que a gente precisa entender – e aí retorno à abertura da minha fala – que este não é um gasto, este é um investimento.

E é um investimento numa cidade mais igualitária e num conjunto de trabalhadores que possam executar políticas públicas nesse sentido. Se a gente se deixar levar pela cantilena neoliberal das restrições fiscais, nós permanentemente estaremos perdendo. Perdendo quadros da Assistência Social, perdendo a oportunidade de fazer políticas públicas e perdendo a oportunidade de fazer essa cidade de fato maravilhosa. Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) – Mais uma vez, quero agradecer a presença do Senhor, Doutor Ítalo. Acho que, da mesma forma que agradei à Doutora Iracema, o senhor brilhou ainda mais o encontro de hoje e obviamente trouxe ainda mais musculatura nessa importante discussão que a gente está fazendo aqui, do ponto de vista não só do Legislativo, mas da cidade, como um todo.

Nós estamos caminhando agora para os ritos finais aqui, encerrando a nossa Audiência. Mas, eu gostaria de fazer algumas considerações diante de algumas falas que eu ouvi na tarde de hoje, e falar também um pouco do quanto é importante ter pessoas que possam suscitar debates aqui para dentro do Legislativo.

Confesso, Jocelene, que, quando iniciamos as tratativas e discussões para esta importante Audiência, muitas pessoas tentaram me desmotivar me dizendo: “Olha, o que você está discutindo é impossível, não vai acontecer, não aconteceu até agora”. O problema é que eu sou um cara que sou forjado na luta de não desistir jamais, de não me deixar vencer pela opinião contrária. E eu acho que se a gente não abre o debate sobre determinado tema, aí que ele não avança mesmo. Eu já disse isso e quero reforçar: o poder público precisa ser provocado a todo tempo nos mais diversos assuntos. Se ele não for provocado, ele não tem nenhum tipo de ação sobre determinado tema, que seja ele qual for.

A outra coisa que quero deixar registrada a todos vocês, principalmente aos profissionais da Assistência que estão presentes aqui e estão nos acompanhando em casa. Esta, Jocelene, é uma Casa de Leis, mas esta é uma casa corporativa. E me doía muito o coração – e eu disse isso durante o processo eleitoral – ver vereadores das mais diferentes origens possíveis e imagináveis para discutir os temas mais diversos possíveis, da temática da defesa animal, passando por segurança pública e educação e não ter nenhum homem ou mulher para discutir Assistência Social no município do Rio de Janeiro.

Porque, quando se trata de uma casa corporativa, o que a gente precisa compreender é que o mandato do parlamentar influencia, obviamente, o orçamento da cidade, influencia as diretrizes e os caminhos que o Executivo vai perseguir. E hoje eu não estou sozinho, estou junto com o Fábio e com a Gigi, com pessoas que se importam com a política nacional de Assistência Social, com o Sistema Único de Assistência Social, com os trabalhadores que desenvolvem esse trabalho tão importante para a cidade e que são ultra, mega, power – se eu vou dizer um termo assim – desvalorizados pelo poder público como um todo.

A gente está discutindo hoje aqui a situação dos servidores de carreira. Mas, vocês que estão na base, na ponta, sabem o que passa um educador social com uma média salarial de R\$ 1.800. É isso, é isso!

A gente sabe o que é chegar numa unidade de reinserção e ver um trabalhador, uma trabalhadora, um auxiliar de serviços gerais que às vezes está passando por uma situação pior do que um usuário que está dentro daquele abrigo. A gente sabe o que é não ter a dignidade, muitas das vezes, de não ter um auxílio alimentação e contar com uma atividade laboral nas ruas, como você não vai ter a dignidade de poder ter um ticket de alimentação? Então, são temas que a gente vai discutir ao longo dessa legislatura e nós sabemos que temos um olhar também muito atento e humano da secretária do Executivo, de todo o seu corpo técnico e a gente quer aqui através do legislativo suscitar esse debate.

Alguns temas que passaram despercebidos ao longo dos anos tocam diretamente com a vida desses homens e mulheres e dessa falta de sensibilidade que houve por conta do parlamento também. Alguém aqui que me sucedeu falou de um tema tão importante, acho que foi a Ainda – ao





fim dessa audiência gostaria de prestar minha homenagem porque não acredito que tenha sido feito ao longo desses anos – vocês sabem que diversas, centenas de homenagens foram promovidas por essa casa de leis, por exemplo, por ocasião do término da Covid-19. Mas parece que só os profissionais da saúde atuaram durante aquele período pandêmico.

Então, termino na tarde de hoje com um minuto de silêncio pelos homens e mulheres que tombaram no serviço justo de defender as garantias e de reduzir desigualdades na cidade do Rio de Janeiro. Viva o SUAS e vivam os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social!

(faz-se um minuto de silêncio)

O SR. PRESIDENTE (FELIPE PIRES) – Dou por encerrada a audiência pública na tarde de hoje, agradecendo mais uma vez a presença de todos e de todas e viva a luta dos trabalhadores da assistência social no município do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

(Encerra-se a Audiência às 15h43)

LISTA DE PRESENÇA

Aline Brandão, Flavio Rego, Luzia de Seta, Aida Vianna, Sheimyr Nogueira, Ítalo Pires, Sarah Grifo Kock, Paulo Cavalcanti, Iracema Cordeiro Reis, Diogo Armond, Ricardo Bastos, Anderson de Jesus, Rogério de Almeida, Ismael Barbosa, Rafael Nunes, Rafael Outeiro, Regina Martins, Fabiana de Assis, Marcia Pereira Rosa, Nívea Castro, Marta Pires, Jannaina Lenzi, Eliane Santos, Maria José, Jaime Paulino de Souza Neto, Carlos Alberto Macedo, Geovane de Oliveira Fernandes, Fabiane Costa Carneiro, Ailton Moreira Siqueira, Waldir Moura Braga, Débora Maria de Sena Santos, Bianca Lessa, Glaucia Pires, Wanessa Souza da Rocha, Evanio Pereira de Paula, Flavia Eloah, Caroline de Mendonça Araújo Almeida, Patrícia Machado, Malu Papazino.

ANEXO

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ✓ CONCURSO PÚBLICO
- ✓ INCORPORAÇÃO DO SIMAS AOS VENCIMENTOS
- ✓ PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA SMAS – RIO.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

## OBJETIVOS:

- ✓ Realização de Concurso Público para SMAS;
- ✓ Elaboração e implantação do PCCS da SMAS;
- ✓ Implantação de uma nova metodologia para o cálculo do vencimento final dos atuais servidores da SMAS visando **garantir o caráter vencimental da gratificação SIMAS.**

## TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PCRJ

### CRIAÇÃO SMDS

Decreto nº 2.290 de 20 de setembro 1979

- ✓ Altera a estrutura da Secretaria Municipal de Turismo
- ✓ Cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS.

### CRIAÇÃO SMAS

A Lei nº 110, de 23 de agosto de 2011

- ✓ Criação do Sistema Municipal de Assistência Social e sua Regulamentação;

## DECRETOS REGULAMENTADORES

LEI Nº 3343 DE 29/12/2001

Autor: Poder Executivo  
Art. 1º Fica instituído o **Sistema Municipal de Assistência Social (SIMAS)** cuja centralidade matricial será exercida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SMDS

- ✓ Decreto - nº 21058 de 14/2/2002  
Dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- ✓ Decreto – nº 21059 de 14/2/2002  
Regulamenta a Gratificação do Sistema Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

## HISTÓRICO DE SERVIDORES NA SMAS E O PROCESSO DE REDUÇÃO GRADATIVA :

- ✓ Quadro de Servidores Previstos para atuação na SMAS;
- ✓ Quadro de Servidores e Colaboradores em efetivo exercício na SMAS em 2024;
- ✓ Quantitativos Servidores da SMAS aptos para Aposentadoria no período de 2024 – 2027.

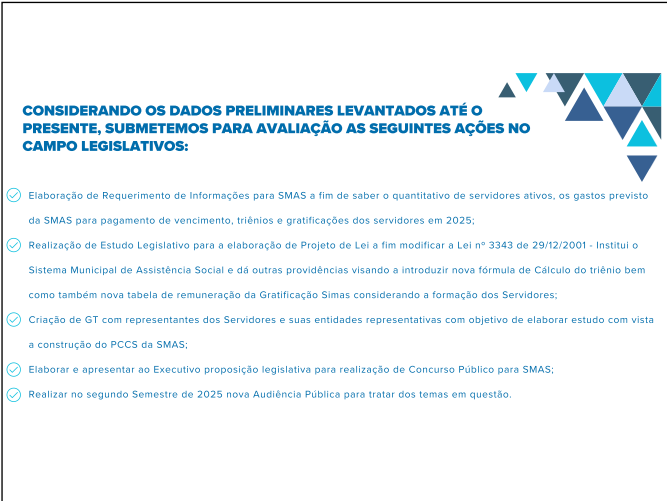
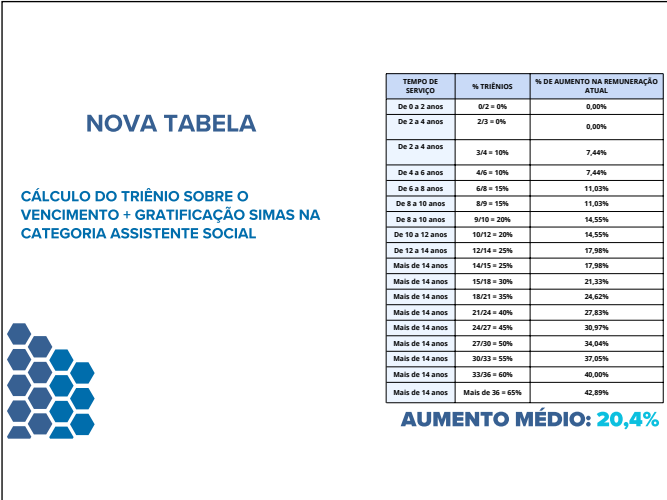
## LEI Nº 3343 DE 29/12/2001

Prevê o seguinte quantitativo de Servidores para atuação visando a Implantação do Sistema

Anexo II da Lei nº 3343 de 29/12/2001 Institui o Sistema Municipal de Assistência Social	NÍVEL SUPERIOR	FUNDAMENTAL E MÉDIO	TOTAL
CARGOS COM DIVERSAS FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIUNDOS DA SMDS	2114	1618	3732
CARGOS COM DIVERSAS FORMAÇÃO PROFISSIONAL ORIUNDOS DA FUNLAR	264	60	324
CARGOS JÁ EXISTENTES DE ASSISTENTE SOCIAL NA PCRJ	562	0	562
NOVOS CARGOS DE ASSISTENTE SOCIAL CRIADOS COM A LEI DOS SIMAS	1400	0	1400
TOTAL DE CARGOS PREVISTOS COM A LEI DO SIMAS	4340	1678	6018









# MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL


[ASSISTENCIASOCIAL@CAMARA.RJ.GOV.BR](mailto:ASSISTENCIASOCIAL@CAMARA.RJ.GOV.BR)



**VEREADOR**  
**FELIPE PIRES**  
**PREZIDENTE**


[FELIPE.PIRES@CAMARA.RJ.GOV.BR](mailto:FELIPE.PIRES@CAMARA.RJ.GOV.BR)


 3814-2047



**VEREADOR**  
**FABIO SILVA**  
**VICE PRESIDENTE**


[VEREADORFABIOSILVA@CAMARA.RJ.GOV.BR](mailto:VEREADORFABIOSILVA@CAMARA.RJ.GOV.BR)


 3814-2590



**VEREADORA**  
**GIGI CASTILHO**  
**VOGAL**


[GIGI.CASTILHO@CAMARA.RJ.GOV.BR](mailto:GIGI.CASTILHO@CAMARA.RJ.GOV.BR)


 3814-2144

**ATOS E DESPACHOS**

**Presidente**

PROC. Nº 4741/25 – CMRJ - AUTORIZO. Na forma do Regimento Interno, conforme as justificativas, às fls. 02/03, e a manifestação, às fls. 10/11, todas do presente processo. Publique-se.

Encaminhe-se à Secretaria-Geral da Mesa Diretora, para as providências complementares.